

SUMÁRIO

DESPACHO INTERLOCUTÓRIO	2
-------------------------------	---

EDIÇÃO Nº 016- Jacupiranga, 28 de janeiro de 2026

DESPACHO INTERLOCUTÓRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1.410/2025
INTERESSADO: Município de Jacupiranga /
Ministério Público do Estado de São Paulo
ASSUNTO: Impulso processual e prestação de
informações ao Ministério Público acerca da apuração
de irregularidades no Contrato de Gestão nº 01/2020
(Processo TCESP nº TC-021590.989.23-2).

Vistos.

CONSIDERANDO o recebimento do Ofício nº
017/26, expedido pela Promotoria de Justiça de Cajati
nos autos do Inquérito Civil nº 1185.0000034/2025,
que solicita informações sobre as providências
administrativas adotadas para apuração e saneamento
de irregularidades no Contrato de Gestão nº 01/2020;
CONSIDERANDO que este Processo Administrativo
nº 1.410/2025 foi devidamente instaurado em 24 de
julho de 2025, com o objetivo de apurar as graves
irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do
Estado de São Paulo (TCESP), que totalizam um dano
preliminar ao erário de R\$ 1.033.465,58;
CONSIDERANDO o Despacho PGM nº 1410/2025,
de 01 de agosto de 2025, que, após analisar as defesas
preliminares e a revelia do INCS e de seu presidente,
apontou para a existência de potenciais atos de
improbidade administrativa e a responsabilidade do
ex-gestor municipal;

CONSIDERANDO, contudo, a decisão proferida por
esta Procuradoria-Geral em 30 de setembro de 2025,
que determinou a SUSPENSÃO do presente feito até
o julgamento definitivo do mérito pelo TCESP
(Processo TC-021590.989.23-2), a fim de garantir a
segurança jurídica e evitar decisões conflitantes entre
as esferas de controle;

CONSIDERANDO a independência entre as
instâncias, mas a inegável relevância da decisão do
Tribunal de Contas como elemento probatório robusto
para a fundamentação de eventual Ação de
Ressarcimento e/ou Ação por Ato de Improbidade
Administrativa;

DECIDO:

1.REITERAR a SUSPENSÃO do Processo
Administrativo nº 1.410/2025, até que seja proferida e
publicada a decisão de mérito definitiva pelo Egrégio
Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nos autos
do Processo TC-021590.989.23-2, o qual se encontra
concluso com o Conselheiro-Relator do caso.

2.DETERMINAR a elaboração de ofício em resposta
ao Ministério Público do Estado de São Paulo (Ofício
nº 017/26), a ser instruído com cópia das principais
peças deste processo, informando que:

a) O Município instaurou o devido processo
administrativo para apuração dos fatos;
b) Foram identificados os responsáveis e o montante
preliminar do dano ao erário;

c) O processo encontra-se temporariamente suspenso,
por prudência e para garantir a segurança jurídica,
aguardando a decisão final do TCESP, que servirá de
base para as medidas judiciais cabíveis;

d) O Município se compromete a dar o devido
prosseguimento à apuração e à busca pelo
ressarcimento tão logo a condição suspensiva seja
superada.

3.DETERMINAR que a Secretaria de Governança
(SGO) e a Coordenadoria Administrativa (CEJUR-
EGM e CASC-RL) realizem o monitoramento
contínuo do andamento do Processo TC-
021590.989.23-2 junto ao TCESP, comunicando esta
Procuradoria-Geral imediatamente após a publicação
da decisão final.

4.DETERMINAR a publicação deste despacho no
Diário Oficial Eletrônico da PGM-Jacupiranga, para
fins de transparência e registro.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

WANDERSON CLANY ALVES DA SILVA
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Página de Assinaturas



Número do documento: aea5e889-7b92-4e6d-8777-282fda579f80

Código do documento: 8791ac75-4e53-4f1a-b12c-ea8f85a87e12

Link do documento no cofre Jusfy: <https://sign.jusfy.com.br/approval/8791ac75-4e53-4f1a-b12c-ea8f85a87e12>

Signatários

Signatário: Wanderson Clany Alves da Silva

Documento Assinado em: 29/01/2026 às 03:49.

Função: Assinado como procurador

E-mail: wanderson@pgmjacupiranga.com.br

CPF: 835.789.003-20

IP do Usuário: 170.83.2.190

